

A FRONTEIRA TERRESTRE ENTRE PORTUGAL E ESPANHA - Território difuso entre a memória da separação e os novos contextos de cooperação -

THE LAND BORDER BETWEEN PORTUGAL AND SPAIN - Diffuse territory from the memory of separation to new contexts of cooperation-

João Luís J. Fernandes¹

RESUMO

A fronteira terrestre entre Portugal e Espanha é um território híbrido onde se expressa, ao mesmo tempo, a memória de um passado de separação e as novas oportunidades de cooperação que a integração europeia abriu para ambos os países. Essa fronteira é também resultado das diferenças entre as políticas estatais que, durante muito tempo fragmentaram o espaço geográfico e não promoveram o contacto, e as vivências quotidianas das populações que há muito constroem um iberismo informal relevante sob o ponto de vista social e cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Fronteira; Memória; Fragmentação; Cooperação.

ABSTRACT

The land border between Portugal and Spain is a hybrid territory expressing both the past memory of separation and the new opportunities for cooperation that European integration has opened up for both countries. This frontier is also the result of differences between state policies that have long fragmented geographical space and failed to promote contact, and the daily lives of people who have long built a socially and culturally relevant informal iberism.

KEY-WORDS

Border; Memory; Fragmentation, Cooperation.

A fronteira luso-espanhola: de uma demarcação histórica a uma geografia contemporânea multidimensional e difusa

Para Edward Soja (1971), criar limites geográficos é uma atitude expectável pois faz parte da natureza humana levantar barreiras que afastem e tornem mais

1 Depart. Geografia e Turismo/Fac. Letras/Universidade Coimbra. CEGOT. jfernandes@fl.uc.pt

difícil o acesso e introduzam *distância, tempo e efeito de atrito* nas relações espaciais. Por outro lado, segundo Raffestin (1992), a fronteira evita o caos, traduz uma determinada relação de poder, revela um certo grau de diferenciação espacial, é um instrumento de regulação e imposição de uma ordem que pode implicar pontes de relação entre os territórios separados por esse limite.

Ainda que cada território fronteiriço seja uma realidade distinta que merece um olhar mais apurado e, quando possível, vivido, a fronteira entre Portugal e Espanha, porventura a mais estável e antiga da Europa, confirma esses pressupostos.

Como refere João Carlos Garcia (2001), a individualidade de Portugal no contexto ibérico, e a delimitação da linha separadora entre os dois países, foi sempre uma preocupação central nas análises e reflexões de geógrafos que se debruçaram sobre o território português, como Amorim Girão e Orlando Ribeiro (Figura 1).

Com uma extensão de 1215 km - 339 km a norte e 876 km a leste (Daveau, 1976), o traçado da atual fronteira terrestre entre Portugal Continental e Espanha é herdeiro da Reconquista Cristã e ficou, em grande parte, estabilizado depois do Tratado de Alcanizes, assinado pelos dois países ibéricos em 1297. Com a exceção de um troço com 63 km de extensão- entre a foz do rio Caia e a Ribeira de Cuncos (Figura 2), trata-se de uma demarcação política bilateral, isto é, aceite por ambas as partes, com uma estabilidade que se compreende, entre outros fatores, pela distância deste território face aos focos de maior imprevisibilidade e turbulência política mais frequentes no centro do continente europeu.



Figura 1 – A Península Ibérica e a fronteira terrestre que separa os territórios continentais de Portugal e Espanha (adaptado a partir de Google Maps).



Figura 2 – Setor da fronteira terrestre contestado em virtude do conflito territorial de Olivença, localidade de origem portuguesa que se encontra sob soberania espanhola desde o início do século XIX. Na perspetiva de Portugal, trata-se de uma apropriação à revelia dos tratados internacionais.

A delimitação continental entre Portugal e Espanha resulta de uma sucessão de atos políticos e não de uma fronteira natural entre regiões biofísicas contrastadas. A raia luso-espanhola é obra da Geografia Humana e dos (des) equilíbrios estratégicos entre os dois países e não um produto da Geografia Física, apesar de a separação por vezes coincidir com alguns cursos de água. Significa isso que a fronteira foi pouco sensível ao suporte físico, daqui resultando dois Estados caracterizados pela diversidade paisagística interna mas também pela familiaridade espacial entre os dois lados dessa delimitação política.

Por exemplo, no noroeste peninsular, existirão maiores semelhanças entre o Minho e a Galiza do que, no lado português, entre essa mesma região minhota e o Alentejo (ou o Algarve), territórios com paisagens mais aparentadas com a Extremadura e a Andaluzia espanholas. Esta é uma das razões pelas quais se pode caracterizar o território português como um espaço político de complementaridades paisagísticas (Ribeiro, 1980; Garcia, 2001), uma heterogeneidade que, segundo Fernando Rebelo (2013), enriquece e engrandece o país.

Para Houtum (2011), as fronteiras estão associadas a vivências, significados e territorialidades. Neste caso particular, estamos perante um longo passado, com múltiplos ciclos de aproximação/distanciamento entre Portugal e Espanha. No entanto, a integração conjunta da Península Ibérica na Comunidade Económica

Europeia/União Europeia em 1986 e a inserção de ambos os países nas dinâmicas da globalização, trouxeram mudanças no modo como esta fronteira passou a ser vivida e nos domínios de soberania que se associam à mesma.

Segundo Adriano Moreira (1996 e 1997), esta fronteira peninsular é agora mais uma realidade dinâmica e difusa e menos uma linha rígida de demarcação que, na realidade, quase nunca foi. Significa isso, como refere Nunes (2016), que uma fronteira é o resultado dinâmico de uma complexa sobreposição de múltiplas funções.

Se discutirmos esse limite a partir do território português (leitura que não difere, em muito, daquilo que observaríamos do outro lado, o espanhol), a atual fronteira política não corresponde à fronteira económica, que deve ser procurada noutras escalas geográficas- por exemplo, a da cartografia da zona ‘euro’, a moeda comum partilhada por uma parte dos países da União Europeia. Apesar de Portugal e Espanha continuarem separados por uma delimitação política, é grande a integração das duas economias pertencentes à moeda única e elevadas as interdependências, sobretudo no caso de Portugal, para quem o país vizinho é o mais importante destino das exportações (25% em 2015), e o mais importante fornecedor das importações portuguesas: 33% no mesmo ano (AICEP, 2016).

Ainda para Moreira (1996 e 1997), estas fronteiras políticas e económicas não coincidem com os limites da soberania em termos de segurança. Para este domínio, será necessária nova mudança na escala de análise e procurar, por exemplo, os territórios de atuação da NATO (que define um perímetro de ação e responsabilização conjunta dos países membros) e da Europa Schengen (que, para garantir a sustentabilidade da circulação comunitária livre, levantou uma barreira exterior de contacto entre o continente europeu e os territórios contíguos).

O mesmo exercício poderá ser feito para os limites da fronteira cultural, que não corresponderá a nenhum dos anteriores e que, continuando no caso português, se estenderiam para os territórios difusos das imprecisas espacialidades da lusofonia, na qual se integram também diásporas e redes migratórias com origem em diferentes lugares do mundo, de Portugal ao Brasil e a Cabo Verde, por exemplo.

Por tudo isso, Adriano Moreira (1996 e 1997) refere-se à multidimensionalidade da fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, que apenas se entenderá num princípio de geometria variável, próprio de países exógenos, abertos ao exterior e com lógicas de inserção que ultrapassam a Península Ibérica.

A fronteira terrestre que delimita Portugal e Espanha é também uma paisagem histórica de separação e desconfiança, um território militar pontuado por sentinelas de vigilância ofensiva e defensiva, construções militares, castelos,

fortes, fortalezas, fortins e perímetros muralhados de diferentes épocas que revelam as contendas de afirmação política dos dois Estados, facto que se traduziu na independência do atual território português face ao poder centrípeto de Castela e Madrid.

Esta animosidade está expressa no simbolismo de pormenores de arte sacra, como as gárgulas antropomórficas que decoram alguns edifícios religiosos portugueses localizados na raia, como a Sé da Guarda, que ostenta uma ofensiva e provocatória figura humana em postura anal orientada para o vizinho espanhol.

Esta fronteira de desconfiança e hostilidade está também simbolizada na glorificação de personalidades, reais ou fictícias, que se consagraram na luta contra os castelhanos, como ocorre com Gil Fernandes, no caso de Elvas. Nesta cidade fronteiriça, o feriado municipal celebra uma contenda ibérica vitoriosa para os portugueses, a Batalha das Linhas de Elvas, ocorrida em 1659 (Duarte, 2003).

No entanto, a dinâmica geográfica desta raia oscila entre a desconfiança estatal e a permeabilidade geohumana, os contactos e as trocas de uma demarcação que nunca deixou de ser ponte de encontro, partilha e inovação cultural (Jácomo, 2004).

Para Carmina Cavaco (2006, pp. 7-8), estes territórios fronteiriços, para além de serem “espaços de descontinuidade política, administrativa, jurídica, ideológica e económica e espaços de dificuldades de circulação e travessia, de presença de serviços de fiscalização e controlo alfandegário e de defesa militar”, são também “espaços contíguos e com muitas complementaridades; espaços de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações, de solidariedades”.

Para exemplificar essa permeabilidade, uma viagem pela raia luso-espanhola mostra-nos que essa fronteira política não é uma isoglosa perfeita mas sim uma paisagem sonora de partilha e influência mútua. Em Barrancos, localidade portuguesa do Alentejo, fala-se um dialeto (“barranquenho”) de influência castelhana.

No mesmo município, à revelia da tradição e da lei em Portugal, celebra-se a tourada com a morte do touro na arena. Mais para norte, no concelho do Sabugal, e continuamos na tradição taurina – a capeia raiana terá tido origem em Espanha. O mesmo ocorre um pouco por toda a raia, como em Rio de Onor, no nordeste português (concelho de Bragança), aldeia comunitária que mal se separa da sua congénere espanhola (Rihonor de Castilla).

Essa permeabilidade da fronteira corresponde ao que Cabero Diéguez (2004) denomina como iberismo subjacente, isto é, uma relação de troca e influência mútua que sempre se estabeleceu entre as populações e as comunidades, independentemente do grau maior ou menor de contactos institucionais entre os dois Estados.

Essas trocas passaram por rotas que, indiferentes aos limites políticos, uniram os dois lados da fronteira, como as da transumância, uma forma tradicional de exploração das complementaridades geográficas através da deslocação cíclica de pastores entre as terras altas e as terras baixas (Jacinto e Cabero Diéguez, 2016).

Contudo, numa realidade que parece contraditória, alguns desses caminhos existiram e foram trilhados precisamente porque a fronteira era também uma barreira política, um obstáculo e uma rugosidade espacial- as rotas do contrabando, hoje patrimonializadas, revelam os canais de contacto entre os povos, à revelia da mais restrita e inflexível geografia estatal (Cabanas, 2016).

Muitos desses trajetos têm origem anterior às nacionalidades e à fronteira política, como a romana Via XVII, entre Braga (Portugal) e Astorga (hoje em Espanha), caminho que agora se reconhece, sinaliza e patrimonializa (Vale, 2016).

Noutro contexto e noutras circunstâncias, esta fronteira não travou nem constituiu obstáculo à influência das indústrias criativas e culturais, como a televisão e a rádio, em particular as de origem espanhola. Até aos anos (19) 80, os espaços fronteiriços de Portugal foram territórios de difusão e territorialização de uma certa cultura castelhana veiculada por uma indústria de comunicação mais robusta e com poder para chegar mais longe. Por isso, algumas gerações de portugueses raianos foram educadas num ambiente bilingue e numa cultura que, em referências como a música, o cinema, as séries televisivas ou o desporto, foram afirmando identidades de dupla pertença.

No que às relações estatais diz respeito, a democratização de Portugal e Espanha em meados da década de (19) 70 veio abrir uma nova etapa. Em fevereiro de 1976, realiza-se na cidade da Guarda uma reunião entre os ministros dos assuntos exteriores português e espanhol, “que veio criar um novo clima de entendimento, abertura e colaboração entre os dois países, rompendo com décadas de isolamento e mútuo desconhecimento” (Jacinto e Cabero Diéguez, 2016, p.8).

Contudo, nos tempos mais recentes, as mudanças funcionais e vividas da ideia de fronteiras prosseguem à medida que se dá o aprofundamento da cooperação europeia.

A entrada em vigor do Tratado de Amesterdão (no dia 1 de maio de 1999), os Acordos de Schengen (em 1985), a introdução da moeda única (euro), em janeiro de 2002, tudo contribuiu para uma maior integração dos membros da União Europeia e para a abertura das fronteiras internas entre alguns países.

Em termos práticos, a fronteira política entre Portugal e Espanha não desapareceu mas o controlo aduaneiro sim. Alguns lugares fronteiriços são agora pontos de passagem, sem paragem obrigatória e sem a vivência e a centralidade

económica que derivava do controlo fronteiriço e da transição entre as duas moedas peninsulares (o escudo e a peseta). Esta barreira desenvolveu vocações formais e legais, mas sustentou também, durante décadas, o tráfico ilegítimo de mercadorias (o referido ‘contrabando’), assim como o câmbio ilegal de moedas.

Esta dinâmica territorial trouxe alguns problemas de vocação estratégica para lugares, como Elvas e Vilar Formoso, que se desenvolveram numa lógica de fronteira e numa identidade de articulação entre os dois países peninsulares.

Segundo Márquez (2016), numa possível síntese a partir da delimitação sul entre Portugal e Espanha (Algarve-Baixo Alentejo-Andaluzia), neste longo processo histórico de construção/consolidação da fronteira entre os dois países, é possível sinalizar diferentes etapas:

- a) Entre os séculos XIII e XVIII, impõe-se o traçado da fronteira, a guerra e a construção de uma raia abaluartada, para observação e vigilância do inimigo;
- b) No período entre o século XVIII e a adesão dos países ibéricos à CEE/UE, predominou o favorecimento do comércio e destacaram-se as relações aduaneiras.
- c) Após 1986 e a adesão conjunto dos dois países ibéricos à, na época, Comunidade Económica Europeia (CEE), as práticas passaram sobretudo pela desativação das fronteiras, pela liberalização da circulação e pela criação de eurorregiões e outras formas de cooperação.

Sem que estes limites temporais sejam rígidos e estanques, a interrelação (formal e/ou informal) nas áreas de fronteira é, desde há muito, uma realidade. No entanto, é com a integração europeia que a cooperação territorial sai reforçada. Essa aproximação transfronteiriça é sugerida logo em 1958, quando a Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais (CPLRE) propõe uma maior integração estratégica das regiões naturais fracionadas pela fronteira política (Ferreira, 1998).

Como também refere Maria Júlia Ferreira (1998), em 1980 assina-se uma convenção que previa a cooperação transfronteiriça das coletividades locais, sugerindo modelos e esquemas de acordos, estatutos, contratos e campos de ação privilegiada, como a exploração de recursos hidráulicos, a localização de equipamentos poluentes e os recursos turísticos.

Apesar de tudo, a raia, que Pintado e Barrenechea (1974) chegaram a caracterizar como território de subdesenvolvimento, continua a estar longe dos centros de gravidade dos dois países. No lado português, apesar dos investimentos em infraestruturas de transportes, grande parte desta fronteira

terrestre permanece distante do eixo urbano que, na faixa ocidental atlântica, se estende entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Significa isso que os territórios fronteiriços continuam marcados pelo envelhecimento da população, pelo despovoamento e pela ausência de cidades relevantes com centralidade no contexto das redes urbanas de Portugal e Espanha.

Apesar das atuais oportunidades de cooperação tendo como objetivo, entre outros aspetos, o desenvolvimento de uma economia de escala e a recuperação de alguma centralidade, como se pode verificar no caso português, os territórios de fronteira permanecem espaços de baixas densidades com escassa representatividade eleitoral e parlamentar (Figura 3).

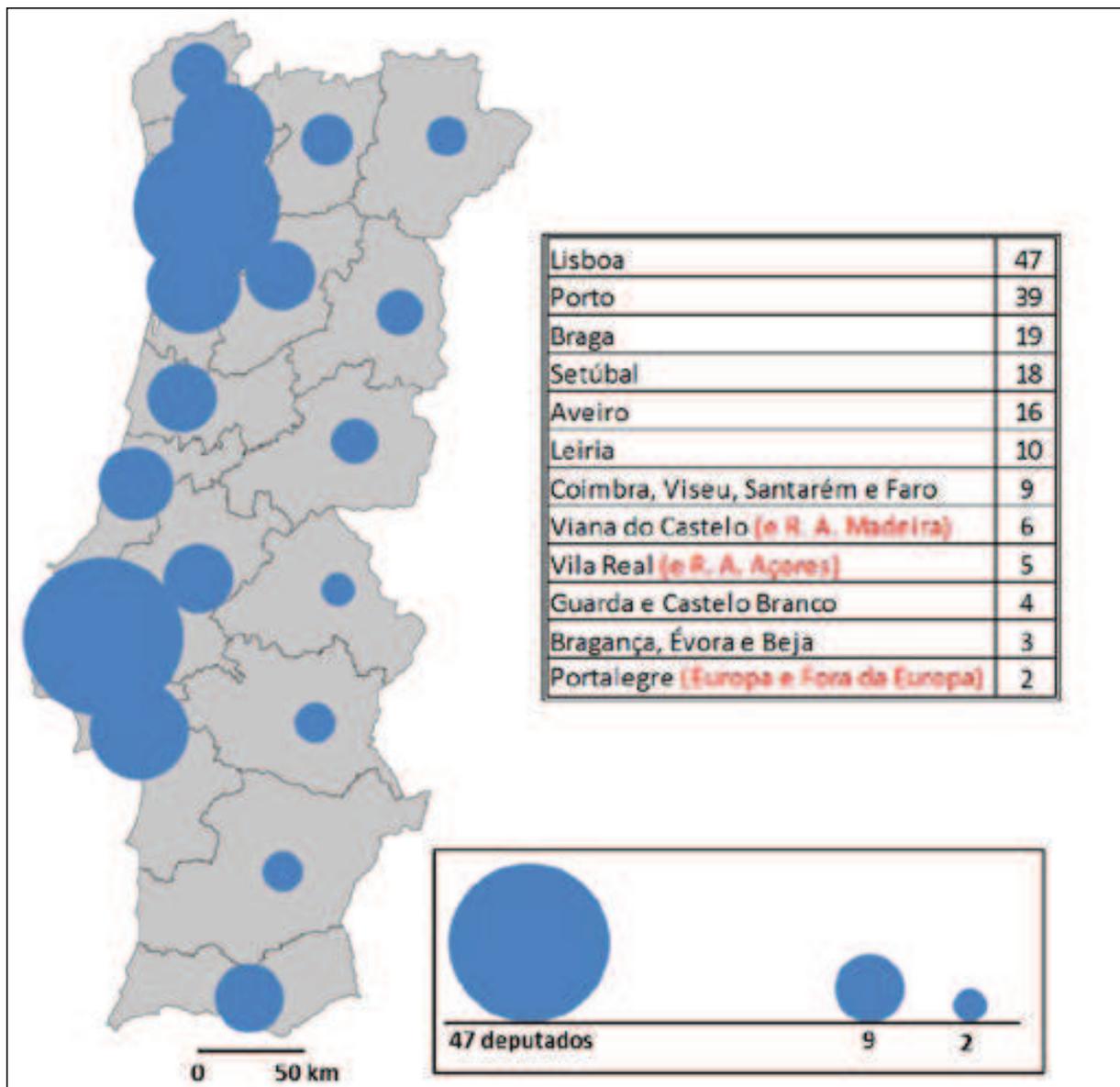


Figura 3 – Distribuição territorial, por distritos (assim como regiões autónomas e círculos da emigração, na tabela, a vermelho) dos 230 deputados eleitos para a Assembleia da República portuguesa.

Como se constata, em comparação com as áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) e os territórios que se localizam entre estes dois polos organizadores do território de Portugal continental, os distritos que confinam com a fronteira terrestre apresentam um número de deputados baixo, por exemplo: 2 em Portalegre, 3 em Bragança, Évora e Beja, 4 em Castelo Branco e Guarda, valores reduzidos face aos 47 deputados de Lisboa, 39 do Porto e 19 de Braga, apenas para citar os distritos com maior representação.

O critério de eleição dos deputados em Portugal, o método de Hondt, estabelece a proporcionalidade entre o número de eleitores e os respetivos representantes. Por isso, o fraco poder político dos espaços raianos é resultado do baixo peso da sua demografia mas é também reflexo da débil posição relativa do mundo rural português. Com efeito, grande parte dos territórios de fronteira acumulam a dupla condição de espaços raianos e rurais, ambos com dinâmicas depressivas no processo de modernização da Península Ibérica em geral e de Portugal, em particular.

Esta assimetria não pode deixar de ter efeitos na geografia do investimento estatal e na estreita margem de afirmação de políticas públicas nestas regiões menos representadas no órgão legislativo nacional. Esta dificuldade é agravada pela atual tendência europeia de estreitamento dos orçamentos estatais e pelo aumento generalizado daquilo que Laurent Davezies (2015) denomina por novos egoísmos territoriais, que se expressam por quebras nos processos de solidariedade interregional.

Ainda assim, apesar deste contexto, a integração europeia veio criar novas oportunidades para as regiões de fronteira. Na verdade, tratam-se de medidas de compensação desenhadas sobre uma dinâmica estrutural que aponta para a concentração dos fluxos e das densidades e para a polarização dos poderes económico e político. Apesar de tudo, este novo cenário abriu perspectivas e permitiu um outro olhar sobre os territórios e as territorialidades raianas.

A fronteira terrestre luso-espanhola no novo contexto europeu – as eurocidades

Segundo Lois-Gonzalez (2016, p.12), “a incorporação dos territórios ibéricos nas comunidades Europeias no ano 1986 fez desaparecer a fronteira entre Espanha e Portugal, pelo menos no que a limitações de trânsito de pessoas e de mercadorias se refere”. Ainda para o mesmo autor (2016, p.12), “Este facto, unido à disponibilização de consideráveis volumes de fundos europeus de cooperação transnacional (ou transfronteiriça), refletiu-se numa melhoria substancial das infraestruturas de comunicação, no surgimento de experiências conjuntas de desenvolvimento local e num melhor conhecimento dos responsáveis públicos de um e de outro lado da fronteira”.

Para Didelon e Blanchard (2011); foi a partir dos anos (19) 90 que se colocou, na Europa, a questão do desenvolvimento do território e das populações por via de uma política regional, para a qual foram disponibilizadas verbas financeiras e fundos para apoio de ações e projetos a implementar no terreno. Ainda segundo estes autores, esta política territorial guia-se por algumas referências orientadoras: o *princípio da coesão territorial*, que tem por objetivo a redução das desigualdades espaciais através do incremento de uma solidariedade geográfica fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus e a implementação segura e consequente de um mercado único; o princípio da *equidade territorial*, segundo o qual todos os cidadãos europeus devem beneficiar de igual acesso a infraestruturas, bens e serviços, entre os quais, os respeitantes à saúde, à educação e à cultura. Para Didelon e Blanchard (2011), esta trajetória visa criar uma dinâmica de convergência e coesão económica, social e territorial que tenha reflexos na diminuição das assimetrias regionais. Para isso, foi necessário organizar instrumentos específicos aplicados a espaços geográficos considerados desfavorecidos.

Foi no âmbito desta política regional que as fronteiras assumiram um estatuto particular, traduzido em programas especiais como o Interreg, que se aplicou nos quadros de investimentos que se realizaram até 2013 mas que prossegue para um novo período de programação (2014-2020).

Por outro lado, no ciclo de aplicação de fundos comunitários de 2007-2013, e apontando para os mesmos objetivos de coesão europeia, foram criados os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), que visam criar condições para a cooperação transfronteiriça, transnacional e interregional.

É neste quadro que têm origem as denominadas eurocidades, projetos de cooperação ampla e preferencial entre dois ou mais lugares fronteiriços, de países diferentes, com vista a aumentar a economia de escala, articular investimentos em áreas como o turismo e recuperar algumas centralidades perdidas com a dinâmica de integração europeia e levantamento das barreiras internas de circulação de pessoas e bens.

Enquanto Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), as eurocidades poderão contribuir para aquilo que De Boe et al (1999) e Guérois *et al* (2016) denominam como uma fronteira de integração, isto é, uma região na qual se verifique o aumento dos fluxos e das conetividades transfronteiriças, com efeitos no incremento de múltiplas densidades em ambas os lados da fronteira.

No caso da fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, encontram-se referenciadas cinco eurocidades (Figura 4).

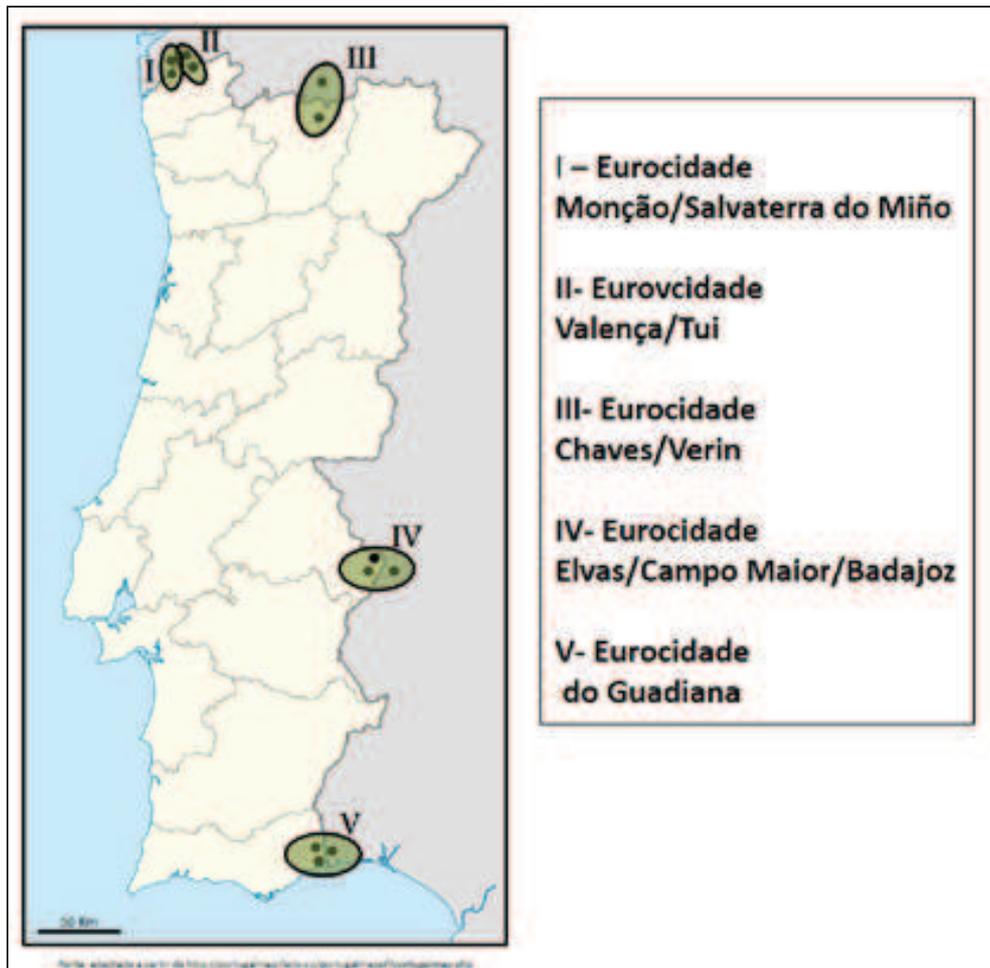


Figura 4 – Eurocidades na fronteira terrestre entre Portugal e Espanha.

Estas eurocidades estão unidas pela condição de fronteira dos lugares e pelas dinâmicas que daqui resultam. Contudo, esta é também uma geografia de diversidade. Desde logo pelo grau diferenciado de maturidade deste projeto de cooperação e, por outro, pelo contexto espacial de cada uma delas.

As eurocidades Monção/Salvaterra do Miño, Valença/Tui e Chaves/Verin estão integradas num território de mais vasta cooperação no noroeste peninsular- a que ocorre entre o Norte de Portugal e a Galiza. No entanto, se as duas primeiras se encontram em espaços de maiores densidades, Chaves/Verin é uma eurocidade num território fronteiriço marcado pela interioridade, pelo despovoamento e envelhecimento demográfico de uma região que, em ambos os países, esteve durante muito tempo distante dos principais polos de organização espacial da Península Ibérica.

Por sua vez, a Eurocidade do Guadiana está posicionada num corredor turístico, sobretudo balnear, que se estende pelo litoral dos dois lados da fronteira. A Eurocidade Elvas/Campo Maior/Badajoz gravita em torno daquela que, antes do levantamento dos serviços aduaneiros, foi uma das principais fronteiras na ligação entre Lisboa e Madrid.

A eurocidade formada por Monção e Salvaterra do Miño, distantes cerca de 3 km, começou a ser delineada quando, em 1995, se inaugurou a Ponte Internacional sobre o Rio Minho, fator essencial para o alargamento da cooperação entre os dois municípios fronteiriços que, em conjunto, criam uma unidade de cerca de 30 mil habitantes.

De certo modo, este exemplo é demonstrativo dos diferentes ciclos de política regional da CEE/União Europeia, que se terá iniciado pela lógica das infraestruturas para depois se expandir para as dinâmicas geohumanas de ação/cooperação. Com efeito, deram-se passos importantes para a criação da eurocidade Monção/Salvaterra do Miño por alturas da comemoração dos vinte anos da ponte. Em 2016 foi assinado um acordo entre os dois municípios e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galicia – Norte de Portugal (AECT-GNP), na qual esta eurocidade se enquadrou.

Nesse acordo definiram-se as áreas mais relevantes de cooperação e interesse comum, que passam também pela dinamização do Rio Minho (que aqui é fronteira) enquanto potencial de aproximação entre os dois países e os dois municípios. A enologia, a gastronomia local, outros patrimónios de âmbito natural ou cultural, são apontados como estratégicos para a definição de projetos turísticos comuns.

Essa cooperação passará também pela partilha de equipamentos, pelo empreendedorismo transfronteiriço e pelo concurso conjunto a programas transfronteiriços (C. M. Monção, 2017).

Este enquadramento, e as expetativas geradas, repetem-se nas restantes eurocidades, todas formalizadas em 2013, mas em fase de arranque e/ou consolidação dos acordos, ainda que se possam apontar algumas diferenças locais no ritmo e na profundidade de integração.

A eurocidade formada por Elvas, Campo Maior e Badajoz é aquela que envolve um maior peso demográfico, próximo de 200 mil habitantes, em virtude dos cerca de 150 mil registados no município espanhol de Badajoz. Este projeto de cooperação, para além de repetir a ideia de aproveitamento das complementaridades geográficas entre os dois lados da fronteira, parte com a expetativa da criação de uma plataforma logística intermodal a localizar na fronteira, entre Elvas e Badajoz. Essa plataforma logística, segundo projetos governamentais, poderá ficar ligada a uma ferrovia de comboios rápidos de mercadorias que partirá de Sines, infraestrutura portuária de águas profundas na costa portuguesa e que, deste modo, poderia afirma-se como uma importante porta de entrada e saída da Península Ibérica.

Para além disso, esta eurocidade vem também formalizar partilhas e vivências anteriores, entretanto colocadas num novo cenário perante o levantamento das fronteiras e criação da moeda comum, que desvalorizou este

território enquanto lugar de paragem e criou alguns desequilíbrios económicos locais, sobretudo na cidade de Elvas, mais dependente desta barreira aduaneira.

Estes acordos de cooperação transfronteiriça, merecendo uma análise cuidada, localizada e individualizada, devem ser acompanhados na expectativa que o tempo traga resultados a acordos que neste momento pouco passarão de princípios gerais aqui e ali já formalizados por alguns projetos mas que necessitam de tempo de consolidação para avaliarmos se, de facto, estas eurocidades não serão um pequeno contraponto a uma tendência estrutural de concentração dos poderes económico e político e, com isto, de contínua desvalorização destes territórios de fronteira.

Notas conclusivas

O processo de integração europeia criou, sobretudo entre os mais jovens, a ilusão do fim das fronteiras e as certezas de um mundo fluído sem efeitos de atrito na circulação de pessoas, mercadorias, capitais e ideias.

Os acontecimentos recentes na Europa e no mundo, com o retomar de nacionalismos e populismos políticos, mostram-nos que era uma ilusão esse mundo plano, sem as rugosidades e os obstáculos dos muros e das fronteiras.

No entanto, entender as fronteiras no contexto europeu requer múltiplos discursos, desde aqueles que regressam à memória da separação (em muitos casos agora resgatada e não esquecida), até aos que apontam para as dinâmicas de integração e cooperação.

Regressando à fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, as vivências históricas nas regiões raianas balançam entre a territorialidade zonal do Estado e outras territorialidades, mais flexíveis e difusas, que envolvem comerciantes, contrabandistas, pastores e outros, como os emigrantes clandestinos que, *a salto*, atravessavam essa barreira, com destino a França.

Como refere Rogério Haesbaert (2016, p.457), também hoje se vive o paradoxo “entre a fluidez e a fixação, entre a abertura do espaço e o estabelecimento de limites, fronteiras – que são também, de alguma forma, fronteiras estabelecidas entre o legal e o ilegal”.

Para Jacinto e Cabero Diéguez (2016), vive-se agora uma fraternidade ibérica na qual se preservam as memórias e os patrimónios e se valorizam os territórios de fronteira nas suas múltiplas dimensões.

A raia entre Portugal e Espanha é hoje uma oportunidade de cooperação. As eurocidades são uma das faces dessas pontes que se estabelecem entre territórios vizinhos e, ao mesmo tempo, periféricos perante os principais polos organizadores do espaço ibérico. A ideia de eurocidade já está construída. No entanto, falta avaliar o seu real impacto nas populações e nos espaços geográficos que representam. Para isso, é prudente o distanciamento dado pelo tempo e

é necessário também esperar pelas oportunidades abertas pelo novo quadro comunitário de aplicação de fundos, que se estende até 2020.

Elvas e Badajoz, separadas pelo rio Caia, estão agora unidas pela Ponte José Saramago, nobel da literatura, iberista e autor de *A Jangada de Pedra*. Livro pleno de simbolismo político, esta *jangada* de Saramago projetava um caminho desejável para o escritor - a união ibérica (e a sua aproximação a África e à América do Sul).

Não se discute aqui a geopolítica de Portugal e da Península Ibérica, mas o futuro destes territórios locais dependerá em muito do modo como, à escala local, se territorializarem as contradições entre a memória da separação que, para George Friedman (2014), sempre permanece nestas regiões transfronteiriças, e a fronteira que une e abre perspectivas de cooperação e vida em conjunto. De resto, esta aparente contradição foi sempre a regra nesta fronteira aparentemente estável mas complexa e viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICEP. Portugal-Ficha país. Lisboa: AICEP Global, 2016.

Cabanas, António. Carregos. Contrabando na Raia Central. Barcarena: artemágica, 2016.

Cabero Diéguez, Valentín. Iberismo e cooperação. Passado e futuro da Península Ibérica. Porto: Centro de Estudos Ibéricos/Campo das Letras, 2004.

Câmara Municipal de Monção. In <http://www.cm-moncao.pt/portal/> (acedido a 12 de abril de 2017).

Cavaco, Carminda. “Prefácio”. In *Carregos. Contrabando na Raia Central*, da autoria de António Cabanas. Barcarena: artemágica, 2016.

Daveau, Suzanne. O Ambiente Geográfico Natural. Aspectos Fundamentais. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976.

Davezies, Laurent. Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations. Paris: La Republique des Idees/Seuil, 2015.

De Boe, P., C. Grasland, A. Healy. A. Spatial Integration. Workgroup 1.4: Belgium, France, Portugal, United Kingdom; Study Programme on European Spatial Planning, 1999.

Didelon, Clarisse e Delphine Blanchard. “A Europa e suas fronteiras, uma questão problemática”. *Para Onde!?* 5 (2011): 76-100.

Duarte, António. Linhas de Elvas- 1659. Prova de força. Lisboa: Edição de Livros e Revistas, 2003.

Ferreira, Maria Júlia (1998); “As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 337-353.

Friedman, George. Focos de tensão. Os choques geopolíticos que ameaçam o futuro da Europa. Lisboa: D. Quixote, 2015.

Garcia, João Carlos. A harmoniosa figura: interpretações geográficas sobre a formação de Portugal. *Colóquios nº de Fevereiro* (2001): 265-271.

Guérois, Marianne, Amel Feredj, Timothée Giraud, Nicolas Lambert, Matthieu Viry, e Ronan Ysebaert. *Typologie socio-économique des régions frontalières de l’Union Européenne (2000-2012)*. Paris: UMS RIATE/Commissariat Général à l’Égalité des Territoires, 2016.

Haesbaert, Rogério. “Reflexões sobre múltiplas fronteiras no Brasil: da fronteira capitalista ‘gaúcha’ às fronteiras ilegais nos espaços favelados. in *Diálogos (Trans)*

Fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas, 457-475, coordenado por Rui Jacinto e Valentim Cabero Diéguez. Guarda: CEI, 2016.

Houtum, Henk van. "The mask of the border". in *Companion to Border Studies*, 49-61, edited by Doris Wastl-Walter. London: Ashgate, 2011.

INE. Estatísticas do Turismo 2015. Lisboa, 2016.

Jacinto, Rui e Valentim Cabero Diéguez. "Diálogos (Trans)Fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas". In *Diálogos (Trans)Fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas*, 5-9, coordenado por Rui Jacinto e Valentim Cabero Diéguez. Guarda: CEI, 2016.

Jácomo, António Bartolomeu. "Cultura de fronteira, um desafio à integração". In *Territórios e Culturas Ibéricas*, 233-250. Guarda: CEI, 2004.

Lois-Gonzalez, Ruben. Galiza no espaço lusófono. Uma aproximação a partir da Geografia. GOT- Revista de Geografia e Ordenamento do Território 10 (2016): 9-33.

Márquez, Juan António. "La Frontera Sur Ibérica: Algarve-Bajo Alentejo-Andalucía". In *Diálogos (Trans)Fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas*, 253-278, coordenado por Rui Jacinto e Valentim Cabero Diéguez. Guarda: CEI, 2016.

Moreira, Adriano. "As Fronteiras Portuguesas". in *Conjuntura Internacional 1996*, 15-24. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.

Moreira, Adriano. "Soberania de Serviço. Janus (1997): 18-19.

Nunes, Flávio. "Fronteira". In *Dicionário de Geografia Aplicada*, organizado por J. A. Rio Fernandes, L. López Trigal e E. Savério Sposito, 201. Porto: Porto Editora, 2016.

Pintado, António e Eduardo Barrenechea. A Raia de Portugal. A Fronteira do Subdesenvolvimento. Porto: Afrontamento.

Raffestin, Claude. "Autour de la fonction sociale de la fronteira". *Espaces et Sociétés* 70/71 (1992): 157-164.

Rebello, Fernando. Portugal. Geografia, Paisagens e Interdisciplinaridade. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra, 2013.

Ribeiro, Orlando. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

Soja, Edward. The political organization of space. Washington: Association of American Geographers, 1971.